

## VOTO – VISTA

**PROCESSO:** 48500.002308/2017-31.

**INTERESSADO:** Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - SPE

**RELATOR:** Diretor Tiago de Barros Correia

**RELATOR DO VOTO-VISTA:** Diretor Sandoval de Araújo Feitosa Neto.

**RESPONSÁVEL:** Diretoria – DIR.

**ASSUNTO:** Revisão dos procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, aprovado pela Resolução Normativa nº 556/2013.

### I – RELATÓRIO

Na 24ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria - RPO do dia 10 de julho de 2018, usando da faculdade prevista no art. 24 da Norma de Organização ANEEL nº 018<sup>1</sup>, solicitei vistas ao processo em referência, como forma de melhor examinar a proposta do Diretor Relator de ajuste dos Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, no ponto específico que trazia a possibilidade de permitir o acesso de recursos aos consumidores livres conectados à rede básica, na modalidade de Contrato por Desempenho, desde que o ressarcimento do financiamento do Programa de Eficiência Energética - PEE seja integral e incida juros de 0,5% ao ano.

2. Na ocasião da 24ª RPO, o Diretor Tiago de Barros Correia, relator da matéria, proferiu voto no sentido de aprovar a Resolução Normativa resultante da Audiência Pública nº 075/2017, a qual aprimora os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, aprovados pela Resolução Normativa nº 556/2013, que altera o “Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética- EE” dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

3. Adoto como relatório inicial o constante do voto proferido pelo eminente Relator na reunião em questão, com o complemento de ações adicionais tomadas por essa relatoria descritas a seguir.

4. Durante a instrução de vistas ao processo solicitei diligências adicionais à Procuradoria Federal da

---

<sup>1</sup> A Norma de Organização ANEEL nº 018, foi aprovada pela Resolução Normativa - REN nº 698, de 15 de janeiro de 2016.

ANEEL (Memorando nº 277/2018-ASD/ANEEL, de 05/09/2018) e Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética –SPE (Memorando nº 282/2018-ASD/ANEEL, de 10/09/2018).

5. As áreas manifestaram-se por meio da Nota Técnica nº 0211/2018-SPE/ANEEL e Parecer nº 428/2018/PFANEEL/PGF/AGU, de 24 e 25/09/2018).

6. Na 36ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria, ocorrida no dia 02 de outubro de 2018, pautei o processo para solicitar prazo adicional de instrução de até três sessões deliberativas, que coincide com a data de hoje.

7. É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

8. Faz-se primaz, dada a relevância do tema, contextualizar o Programa de Eficiência Energética – PEE, instituído pela Lei 9.991, de 2000, e diversos outros aprimoramentos legais<sup>2</sup>.

9. O objetivo do PEE consiste na promoção do uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia, por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Busca-se, assim, maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada, promovendo a transformação do mercado de eficiência energética, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos e práticas racionais de uso da energia elétrica.

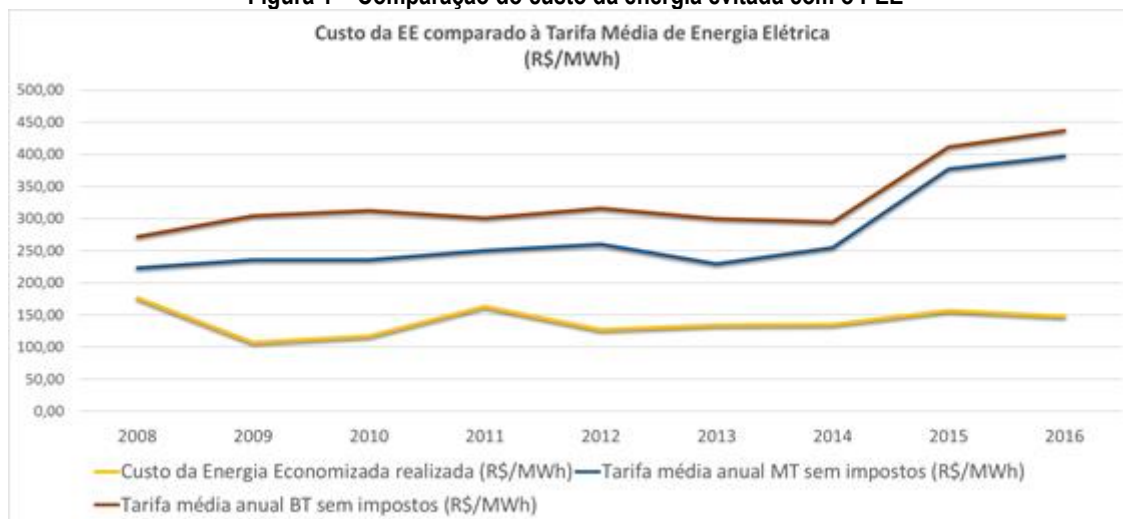
10. Esclarece-se, por relevante, que o PEE tem como foco de atuação o consumidor final, e em razão disso para se avaliar a efetividade do programa é tomado como referência a tarifa paga pelo consumidor (R\$/MWh) sem impostos. Com isso, obtém-se um valor mais próximo do custo marginal de expansão de toda a cadeia de geração, transmissão e distribuição.

11. No gráfico a seguir é apresentada a comparação do custo histórico da energia economizada com o PEE em relação às tarifas dos consumidores de BT e AT.

---

<sup>2</sup> Lei 11.465, de 2007; Lei 12.212, de 2010; 13.203, de 2015; e 13.280, de 2016.

**Figura 1 – Comparação do custo da energia evitada com o PEE**



No período compreendido entre 1998 a 2016, o PEE proporcionou uma economia de 47,5 TWh (Fonte SPE)

12. A tabela abaixo apresenta os custos do PEE no período de 2008 a 2016<sup>3</sup> em comparação à tarifa média de energia da baixa e da média tensão sem impostos. Destaco que os dados são extraídos de relatórios finais, ou seja, são dados de projetos concluídos e que passaram por medição e verificação de resultados.

**Tabela 1 - custos do PEE no período de 2008 a 2016**

Ano	Custo da Energia Economizada realizada (R\$/MWh)	Tarifa média anual MT sem impostos (R\$/MWh)	Tarifa média anual BT sem impostos (R\$/MWh)
2008	106,27	223,18	271,96
2009	116,94	235,67	304,35
2010	162,30	235,95	311,99
2011	126,61	249,95	300,91
2012	133,98	260,10	316,05
2013	135,09	229,37	299,37
2014	156,44	254,22	293,82
2015	147,36	377,06	411,11
2016	214,76	397,08	436,58
<b>Média Final</b>	<b>144,42</b>	<b>273,62</b>	<b>327,35</b>

(Fonte: Superintendência de Gestão Tarifária – SGT)

<sup>3</sup> Os dados dos projetos de 2017 ainda não estão disponíveis, não se tem as informações em virtude de os relatórios finais ainda não terem sido carregados no sistema.

13. A SPE informou ainda que os valores existentes hoje no PEE, calculados a partir dos dados da Movimentação Financeira do PEE enviados pelas concessionárias de distribuição, para o ano base de 2017, são os seguintes:

**Tabela 2 – Dados de movimentação financeira do PEE informados pelas distribuidoras.**

<b>Valor Legal a ser aplicado em 2017 - PEE</b>	<b>R\$ 528.289.414,00</b>
<b>Valor Aplicado 2017</b>	<b>R\$ 543.715.090,48</b>
<b>Saldo SELIC 2017</b>	<b>R\$ 1.322.250.372,54</b>
<b>Saldo 2017 sem SELIC</b>	<b>R\$ 564.570.843,66</b>
<b>Saldo 2017 com SELIC</b>	<b>R\$ 1.886.821.216,20</b>

Fonte: SPE

14. Além da economia direta dos custos evitados, a partir da implementação de projetos de EE, outro aspecto muito relevante associado à toda a cadeia de EE refere-se aos empregos diretos e indiretos gerados.

15. Em levantamento feito em 2016<sup>4</sup> sobre o potencial de empregos para o Setor de Eficiência Energética no Brasil, apurou-se que atualmente há entre 130 e 140 mil empregos diretos, sendo 11 mil postos diretamente envolvidos em atividades de eficiência energética. Nesse estudo, constatou-se que a produção estimada no Setor de EE é da ordem de R\$ 52,8 bilhões, com geração de 128 mil empregos diretos, impactando a economia com uma produção total estimada em R\$ 100 bilhões.

16. Esses empregos encontram-se distribuídos 76% na Construção Civil, 17% na Indústria, Serviços e Comércio e 7% em Solar Térmico.

17. Como uma das conclusões do levantamento, registra-se que o Programa de Eficiência Energética da ANEEL poderia ser um instrumento para organizar e coletar dados de projetos que permitam aprimorar os indicadores de empregos necessários e existentes no setor de Eficiência Energética no Brasil.

18. As inovações trazidas na proposta de voto pelo Relator tratam do (i) Saldo Acumulado dos Recursos Provenientes da Aplicação da Selic; (ii) do Descarte de Materiais e Equipamentos, (iii) dos Consumidores Beneficiados pelo PEE, (iv) da Chamada Pública de Projetos, (v) do Contrato de Desempenho, dos Projetos com Geração de Energia Elétrica com Fontes Incentivadas, e (vi) dos Projetos com Reciclagem de Resíduos Sólidos. A

<sup>4</sup> Estudo Final consolidado desenvolvido pela GIZ – Potencial de empregos para o setor de Eficiência Energética no Brasil de 2018 até 2030, São Paulo, 2018.

seguir, encontram-se apresentados os resumos dos pontos mais relevantes que resultaram em alterações no texto dos documentos disponibilizados na AP 075/2017.

**a. Saldo Acumulado dos Recursos Provenientes da Aplicação da Selic**

O saldo da conta do PEE é remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC desde 2006, conforme regulação estabelecida na época (Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006) e compõe o montante a investir no respectivo programa regulado. A não aplicação desse montante resultante da remuneração pela SELIC tem gerado um acúmulo significativo de recursos na conta do PEE.

Visando aplicar o recurso proveniente da SELIC em ações de eficiência energética, conforme determina o regulamento vigente, fica estabelecido o horizonte de até 48 (quarenta e oito) meses, a partir de 1º de janeiro de 2019, para as distribuidoras regularizarem esse saldo.

Após esse prazo, a distribuidora que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, na Conta Contábil de Eficiência Energética montante superior ao investimento obrigatório dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, incluindo o mês de apuração, estará sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004. Para as distribuidoras com mercado de energia elétrica inferior a 1.000 GWh por ano, esse período será de 36 (trinta e seis) meses.

**b. Descarte de Materiais e Equipamentos**

Sobre a legislação de Resíduos Sólidos, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2010 e o Decreto nº 9.177, de 2017, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor. Portanto, nos projetos de eficiência energética executados no âmbito do PEE, a distribuidora deverá comprovar o descarte dos equipamentos ineficientes trocados por meio de contratos/acordos firmados diretamente com empresas especializadas em descarte ou com os responsáveis pela recepção dos equipamentos substituídos, sejam eles fabricantes, comerciantes, importadores ou distribuidores dos produtos que deverão, de acordo com o comando legal, realizar a logística reversa correta desses equipamentos.

**c. Consumidores Beneficiados pelo PEE**

Visando beneficiar os consumidores que contribuem com o encargo de eficiência energética, previsto na Lei nº 9.991, de 2000, define-se as seguintes condições para aplicação do recurso do PEE:

- ✓ Os projetos devem ser realizados na área de concessão ou permissão da distribuidora local com mercado superior ou igual a 500 GWh/ano;
- ✓ Excepcionalmente, a depender de autorização expressa da ANEEL, poder-se-á direcionar recursos de PEE para custeio de projetos e ações fora da área de concessão ou permissão;
- ✓ Dentre os consumidores livres, somente aqueles conectados à rede de distribuição poderão ser contemplados pelo PEE.

**d. Chamada Pública de Projetos**

A Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética – CPP foi instituída pela Resolução Normativa nº 556, de 2013, e teve como objetivo tornar o processo decisório de escolha dos projetos e consumidores beneficiados pelo PEE mais transparente e democrático, promovendo maior participação da sociedade e possibilitando a seleção de projetos que apresentem melhores resultados, do ponto de vista da eficiência energética. Os resultados da Chamada Pública deverão ser divulgados na página da internet da(s) distribuidora(s) promotora(s) da Chamada.

**e. Contratos de Desempenho**

O principal objetivo do Contrato de Desempenho Energético é evitar a transferência de recursos públicos para unidades consumidoras com fins lucrativos. Outro objetivo importante do Contrato de Desempenho é a ampliação do montante de recursos para eficiência energética. Um terceiro objetivo desse instrumento é aumentar a confiabilidade dos resultados das ações de eficiência energética, uma vez que o reembolso está atrelado ao sucesso ou performance do projeto.

No entanto, a regra atual requer aperfeiçoamento porque permite algumas distorções, ao beneficiar clientes que, embora caracterizados formalmente como sem fins lucrativos, como é o caso de fundações de ensino privado e condomínios de shopping centers, por exemplo, representam interesses comerciais particulares.

Portanto, dentre outras, foi proposta uma alteração do regulamento de maneira que só poderão ser aplicados recursos do PEE a fundo perdido se o projeto estiver classificado nas tipologias: Poder Público, Serviços Públicos (desde que não haja participação de capital privado), Residencial, Residencial Baixa Renda, Educacionais, Iluminação Pública e Gestão Energética Municipal. Para as demais tipologias, é obrigatório firmar Contrato de Desempenho, exceto nos casos de instituições filantrópicas, assistenciais e demais casos expressamente autorizados pela ANEEL.

**f. Projetos com Geração de Energia Elétrica com Fontes Incentivadas**

Para projetos com fontes incentivadas, os benefícios obtidos com a implantação da central geradora devem ser valorados considerando o preço final da energia e da demanda pago pelo consumidor, incluindo impostos e excluindo iluminação pública. A bandeira tarifária considerada será sempre a verde.

**g. Projetos com Reciclagem de Resíduos Sólidos**

Para projetos com fontes incentivadas, os benefícios obtidos com a implantação da central geradora devem ser valorados considerando o preço final da energia e da demanda pago pelo consumidor, incluindo impostos e excluindo iluminação pública. A bandeira tarifária considerada será sempre a verde.

19. Um ponto relevante da divergência inaugurada por mim, quando do voto trazido pelo eminente relator Tiago Barros, referiu-se à possibilidade do uso dos recursos do PEE também por consumidores livres, classe essa não conectada no sistema de distribuição, e, portanto, que não contribui para o recolhimento do encargo pela distribuidora.

20. Minha discordância consistiu, inicialmente, sob o ponto de vista conceitual, como também pelo fato da proposta não ter feito parte da discussão da Audiência Pública instaurada para revisão do manual do PEE.

21. O eminente Relator esposou entendimento divergente da restrição apresentada pela SPE, para não permitir o acesso aos recursos do PEE aos consumidores livres conectados à Rede Básica. Afirmou, em seu voto, que a consulta elaborada pela SPE à Procuradoria Federal não apresentou as externalidades positivas e as possíveis contrapartidas que poderiam ser oferecidas pelos consumidores livres para terem acesso ao PEE. A Superintendência enumerou em sua solicitação as condições para aplicação do recurso do PEE, e questionou se os consumidores livres que não contribuem para o encargo de eficiência energética poderiam ser beneficiados pelo Programa.

22. Diante do questionamento apresentado, a Procuradoria Federal posicionou-se no sentido de que deveria ser aplicado o Princípio da Comutatividade ao PEE, de modo que as partes, para usufruírem do benefício, deveriam necessariamente arcar com uma contraprestação, ou seja, a contribuição ao encargo.

23. No entanto, em que pese as argumentações trazidas pela SPE e PF, o Relator afirmou que a principal forma de contraprestação ao acesso aos recursos do Programa não é a contribuição ao encargo, pois a eficiência energética é considerada um bem meritório, e assim possui diversas externalidades econômicas e é justamente este fato que justifica o PEE.

24. Alegou, ainda, que os consumidores conectados à Rede Básica de transmissão são os mais intensivos no consumo de energia elétrica e, com isso, as ações de efficientização tendem a ser mais eficientes e efetivas nesses consumidores, sendo as externalidades positivas maiores para um mesmo montante de recurso empregado, argumentou no sentido de que o objetivo do PEE é alavancar o consumo da eficiência energética para níveis superiores aos que seriam possíveis sem intervenção no mercado.

25. O Relator apontou também em seu voto que existem valores expressivos não utilizados no Programa, e que não há na Lei nº 9.991, de 2000 ou no Decreto nº 3.867, de 2001, qualquer impedimento para que os recursos do PEE também sejam acessados por consumidores conectados à Rede Básica de transmissão, trazendo como sugestão de encaminhamento que o PROPEE seja ajustado para se permitir o acesso de recursos a esses consumidores, na modalidade de Contrato por Desempenho, desde que o ressarcimento do financiamento do PEE seja integral e incida juros de 0,5% ao ano.

26. Sobre esse aspecto, em particular, destaco que há um enorme potencial a ser explorado na busca da eficiência energética na indústria brasileira, que possui a eletricidade como insumo importante em seus processos, podendo o PEE atuar de forma sinérgica a outras iniciativas em desenvolvimento no país.

27. Dentre essas iniciativas, destaco o Programa Aliança, desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, que tem por propósito realizar parcerias voluntárias com a indústria energo-intensiva, contando com o apoio de órgãos governamentais e institucionais, tendo por intuito o aumento da competitividade do setor no país.

28. Segundo informações do programa, estão previstos para os próximos 05 (cinco) anos, o atendimento de 100 plantas industriais (em 2018 foram contempladas 12 unidades), além de reduzir a intensidade energética das plantas participantes em, no mínimo, 5%, com redução dos custos operacionais na ordem de R\$ 500



milhões ao ano. Além disso, o Programa visa reduzir em mais de 100.000 (cem mil) toneladas as emissões de gases de efeito estufa e identificar oportunidades de investimentos de R\$ 1 bilhão de reais.

29. De forma a enfrentar a divergência, no dia 10 de setembro de 2018, minha Assessoria encaminhou solicitação de análise complementar, com base na proposta trazida pelo eminente Relator do processo, para a SPE e para a Procuradoria Federal.

30. Em sua análise, a SPE emitiu a Nota Técnica nº 211/2018, de 24 de setembro de 2018, complementando o entendimento manifestado em sua Nota Técnica nº 159/2018, de 05 de junho de 2018. No referido documento, a Superintendência reitera seu posicionamento inicial de que *“a aplicação do recurso seja limitada aos consumidores que efetivamente contribuem com o encargo. Contudo, caso seja alterado esse entendimento pelo Colegiado, recomenda-se que a aplicação do recurso a unidades consumidoras livres conectadas à Rede Básica seja realizada mediante celebração de Contrato de Desempenho, porém sem a incidência de juros, para fins de estímulo a projetos nessa modalidade e em consonância com o item 4.1.1.2 do Módulo 3 proposto na revisão do PROPEE, que estabelece que o pagamento da parte reembolsável aplicada deve ser feito sem cobrança de juros, exigindo-se apenas correção monetária.”*

31. Aduz, ainda, a SPE que existe na proposta do novo regulamento o prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da entrada em vigência da Resolução Normativa que aprova a revisão do PROPEE, para aplicação do saldo da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC pelos agentes. A Superintendência entende que esse prazo poderia ser aplicado no caso desse recurso ser estendido aos consumidores livres conectados à Rede Básica.

32. A Procuradoria Federal, por sua vez, em sua manifestação, materializada por intermédio do Parecer nº 000428/2018/PFANEEL/PGF/AGU, datado de 28 de setembro de 2018, posiciona-se no sentido de que não há impedimento para a inclusão sugerida no voto do Diretor Relator de extensão do benefício aos consumidores livres conectados à Rede Básica.

33. O Parecer dispõe, ainda, que o acesso de recursos do PEE aos consumidores livres conectados à Rede Básica ocorrerá na modalidade de Contrato de Desempenho, que em função da prestação pactuada possui uma característica própria que é a Comutatividade.

34. Salaria a Procuradoria que tomando como verdadeira a premissa levantada no voto do Diretor Relator, e sendo aferível o seu benefício, entende que a comutatividade está preservada, não havendo óbice para

que o PROPEE seja ajustado para permitir o acesso de recursos aos consumidores livres conectados à Rede Básica, na modalidade Contrato de Desempenho, desde que o ressarcimento do financiamento seja integral e incida os juros mencionados.

35. Afirma, também, que *“a atual situação aponta uma disponibilidade (dados de 2017) de R\$ 1.886.821.216,21 (um bilhão, oitocentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e vinte e um mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e um centavos) não utilizados no Programa. Desejável que exista uma cláusula condicional de que, caso os recursos futuramente não sejam suficientes, os agentes contribuintes devam ser priorizados.”*

36. Ainda que concorde, pelas razões acima expostas que é possível o uso dos recursos de EE por consumidores livres, entendo necessário discutir com a sociedade esse ponto em específico, uma vez que essa hipótese não constou da proposta da Audiência Pública nº 075/2017.

37. Assim, meu encaminhamento é no sentido de aprovar a revisão do PROPEE, nos termos da proposta apresentada pela SPE trazida pelo Diretor Relator e, adicionalmente, que seja instituída nova Audiência Pública para tratar da possibilidade de acesso aos recursos do PEE por parte dos consumidores livres conectados à Rede Básica.

### III – DIREITO

38. A análise apresentada encontra fundamentação nos seguintes dispositivos normativos: (i) Lei nº 9.991, de 2000; (ii) Lei nº 12.305, de 2010; (iii) Lei nº 13.280, de 2016 que altera a Lei nº 9.991, de 2000; (iv) Decreto nº 9.177, de 2017, que regulamentou a Lei nº 12.305, de 2010; (v) Resolução Normativa nº 482, de 2012; (vi) Resolução Normativa nº 556, de 2013; e (vii) Resolução Normativa nº 737, de 2016.

### III - DISPOSITIVO

39. Diante do exposto e da documentação constante nos autos do Processo nº 48500.002308/2017-31, voto por acompanhar o voto proferido pelo Diretor-Relator no sentido de (i) **APROVAR** a Resolução Normativa resultante da Audiência Pública nº 075/2017, a qual aprimora os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, aprovados pela Resolução Normativa nº 556/2013, e altera o “Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética- EE” dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET; e (ii) **INSTAURAR**, pelo período de 29 de outubro a 07 de dezembro de 2018, por intercâmbio documental, a 2ª fase da Audiência Pública nº 075/2017 para avaliar a possibilidade de estender a aplicação do recurso do PEE em unidades consumidoras livres conectadas à Rede Básica.

Brasília, 23 de outubro de 2018.

**SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO**  
Diretor

CÓPIA

48575.005062/2018-00  
Item5-39ªRPO-23/10/18